

JORNAL DE BRASÍLIA POLÍTICA

25 MAI 1991

HAROLDO HOLLANDA

O Planalto e o Congresso

A impressão que ficou, entre os que participaram da reunião desta semana, realizada no Palácio do Planalto, é de que o presidente Fernando Collor de Mello descartou mais uma vez a possibilidade de formar uma maioria parlamentar no Congresso à base do fisiologismo, embora tenha pedido a seus colaboradores imediatos que procurem atender os políticos de melhor forma possível. Traduzindo o que ali aconteceu: o Palácio do Planalto não quer se entregar de pés e mãos atados a partidos ou a bancadas como as do PFL, PDS ou PTB, cujo preço político é sempre muito alto. Prefere negociar politicamente com vários partidos, notadamente com o PMDB e o PSDB, os quais, quando se trata da governabilidade do País, revelam extremo espírito de compreensão e tolerância.

Exalta-se nesse particular o comportamento dos líderes daqueles dois partidos, deputados Genebaldo Correia e José Serra. A base política do Governo permanece plantada em partidos como o PFL, PDS e outras siglas menores, inclusive entre vários deputados do PTB, mas sem que isso implique dependência exclusiva desses grupos políticos. Isso ficou demonstrado mais recentemente no episódio da votação, esta semana, do projeto de informática, em que PMDB e PSDB, especialmente o primeiro, desempenharam papel importante nas negociações. Quando o acordo final foi concluído na Câmara, as próprias

esquerdas nele estavam incluídas.

Com esse procedimento ditado pelo Planalto, na interpretação de figuras influentes da Câmara, ganha espaço e consolida sua posição o deputado Humberto Souto, que ali representa os interesses do Governo, em detrimento do antigo sonho alimentado pelo deputado Ricardo Fiuza de enfeixar exclusivamente em suas mãos não só a liderança do PFL como a do Governo. Ainda a respeito da reunião ministerial desta semana, ficou a impressão de que até no temperamento introspectivo, como na defesa de seus princípios e convicções, novo ministro da Economia, Márcilio Marques Moreira, revela-se tão inflexível quanto o antigo Secretário de Política Econômica, Antônio Kandir. Márcilio acha que o Governo, por exemplo, em matéria de política salarial, não pode transigir, sob pena de pôr em risco todo o esforço empreendido para acabar com a inflação.

O presidente Fernando Collor de Mello revelou no decorrer da reunião sua decisão de não atender às reivindicações dos funcionários do Ministério do Trabalho, que exigem isonomia salarial com os servidores da Previdência Social. Explicou que se atendesse o que querem os funcionários do Trabalho, na esteria de suas reivindicações viriam outras categorias de servidores, com o que estaria rompido o equilíbrio das contas públicas.